CARÊNCIAS DE ORIENTAÇÃO TEMPORAL E FORMAÇÃO DO PENSAMENTO HISTÓRICO: REFLEXÕES A PARTIR DA AULA HISTÓRICA

Ocerlan Ferreira Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ensino, RENOEN/UESB, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-0605-9250
Endereço eletrônico: ocerhist@gmail.com

Palavras-chave: aula histórica; pensamento histórico; orientação temporal; aprendizagem histórica; educação histórica.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação apresenta reflexões oriundas de uma tese doutorado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Rede Nordeste de Ensino (RENOEN/UESB). O objetivo é analisar as carências de orientação temporal evidenciadas nas protonarrativas de jovens estudantes do Ensino Médio e suas implicações para a formação do pensamento histórico, com base nos pressupostos da Aula Histórica. A investigação fundamenta-se na compreensão de que a Aula Histórica, ancorada na Didática Reconstrutivista da História (Schmidt, 2020), constitui uma proposta teórico-metodológica que articular ciência da História e a vida prática, com o objetivo de favorecer a formação da consciência histórica e do pensamento histórico.

Conforme Rüsen (2001, 2016) o pensamento histórico decorre da necessidade de interpretar a realidade por meio da atribuição de sentido ao passado para orientar as ações no presente e projetar perspectivas para o futuro. Fundamentado na vida prática, constitui a base da qual emerge o pensamento histórico especializado (Rüsen, 2016). Nessa perspectiva, a aprendizagem histórica é compreendida como um processo formativo centrado na atribuição de sentido pela narrativa histórica, concebida como competência fundamental para a

orientação temporal, e não como resultado de uma progressão linear de níveis cognitivos (Schmidt, 2021). A comunicação concentra-se no primeiro dos cinco fatores que estruturam a Aula Histórica (Schmidt, 2020), referente à investigação das carências de orientação temporal e dos interesses dos estudantes, entendidas como manifestações de suas necessidades de compreensão do tempo, de construção identitária e de orientação para a vida prática.

METODOLOGIA

De natureza qualitativa e exploratória, a pesquisa foi desenvolvida com 22 estudantes do 2º ano do ensino médio de uma escola pública no município de Maetinga (BA). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Parecer nº 6.727.782).

O *corpus* do estudo foi constituído pelas protonarrativas produzidas pelos estudantes durantes o desenvolvimento do primeiro fator da Aula História. Os dados foram tratados por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016). As protonarrativas constituíram a unidade de registro temática, tendo a Aula Histórica como unidade de contexto, articulada à cultura local, o contexto sócio-histórico. Na categorização, utilizaram-se as competências do pensamento histórico propostas por Schmidt (2020, 2021), operacionalizadas para a atribuição de sentido à narrativa histórica. Essas competências constituem categorias orientadoras dos processos didáticos na aula de História.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise preliminar das protonarrativas evidenciou-se diferentes formas de compreensão histórica sobre a escravidão e as mestiçagens no Brasil. Muitos estudantes apresentaram concepções tradicionais sobre a escravidão, entendendo-a como um fenômeno distante, superado, e com pouco impacto no presente. Quanto às narrativas sobre as mestiçagens, aparece apenas o aspecto biológico, eivado de ideias das perspectivas racialistas predominante nos séculos XIX e XX. Além disso, a escravidão indígena foi amplamente ignorada, evidenciando lacunas de experiências sobre as temáticas.

Ao tomar como referência as categorias propostas por Schmidt (2020), especialmente experiência, evidência, interpretação, argumentação, significância histórica e mudança e continuidade, observa-se que os estudantes foram capazes de estabelecer algumas relações

entre passado e presente. Essa capacidade manifestou-se pela identificação de permanências históricas, como o trabalho análogo à escravidão e pelo reconhecimento da diversidade étnico-cultural brasileira como resultado de processos históricos de longa duração. Entretanto, tais relações aparecem, em grande parte, sustentadas por percepções do senso comum, por narrativas canônicas e por conhecimentos fragmentados, evidenciando inconsistências no processo de formação da consciência histórica.

No que se refere à competência da experiência histórica, de modo geral, os estudantes demonstraram significativa mobilização de sentimentos e percepções relacionadas às problemáticas discutidas, especialmente diante dos casos contemporâneos de trabalho análogo à escravidão. As manifestações de indignação, de tristeza e de revolta indicam que a temática foi capaz de estabelecer conexões com suas vivências e com questões observadas em seu contexto social. Contudo, percebe-se uma relativa carência de repertório histórico para aprofundar a compreensão dessas experiências, evidenciada pela ausência quase total de referências à escravidão indígena, aspecto fundamental para a compreensão da formação histórica brasileira. As explicações sobre os processos de mestiçagens aparecem de forma superficial, frequentemente reduzidas à ideia genérica de "mistura de raças" ou de convivência entre grupos distintos, sem problematizar as relações de poder, coerção e desigualdade que marcaram tais processos históricos.

As competências de evidência histórica, interpretação e argumentação mostraram-se pouco desenvolvidas. Em muitos casos, os estudantes limitaram-se a identificar informações nas fontes, sem utilizá-las como evidências para construir interpretações e sustentar argumentos históricos. Essa limitação aparece quando reconhecem a existência de trabalho escravo contemporâneo ou das mestiçagens, mas não conseguem explicar os processos históricos que conectam esses fenômenos ao passado escravista brasileiro. As respostas baseadas na reprodução literal das fontes revelam fragilidades na apropriação dos procedimentos de produção do conhecimento histórico.

Embora alguns estudantes tenham identificado permanências entre a escravidão e as formas contemporâneas de exploração do trabalho, a maioria apresentou dificuldades para compreender simultaneamente, mudanças e permanência ao longo do tempo histórico. Em várias respostas, a escravidão foi concebida como um fenômeno encerrado pela Lei Áurea, enquanto em outras predominou a percepção de que as condições atuais pouco se alteraram.

Essa compreensão dicotômica demonstra carências formativas que dificultam a percepção da complexidade das mudanças históricas e as diferentes formas pelas quais estruturas sociais, econômicas e culturais podem se transformar e, ao mesmo tempo, conservar determinadas desigualdades. Da mesma forma, a significância histórica da escravidão e das mestiçagens aparece associada principalmente a eventos como a assinatura da Lei Áurea, sem explorar as consequências para a constituição das desigualdades no tempo presente.

Os resultados da análise preliminar indicam que as protonarrativas expressam um pensamento histórico ainda incipiente, caracterizado por explicações simplificadas, reduzida utilização de evidências e dificuldades na elaboração de interpretações mais complexas sobre a relação temporal. Embora tenham sido observadas potencialidades na capacidade dos estudantes de relacionar os conteúdos históricos a problemas contemporâneos e às próprias experiências sociais, quando conseguem estabelecer essas relações, a maioria limita-se ao passado e ao presente. Nesse sentido, as carências de orientação identificadas nas protonarrativas não devem ser compreendidas apenas como limitações, mas como indicadores fundamentais para o planejamento de intervenções didáticas que favoreçam a formação do pensamento histórico e a atribuição de sentido histórico às experiências vividas, de modo que o saber histórico fundamentado possa orientar as ações na vida prática.

CONCLUSÕES

As protonarrativas evidenciaram diferentes formas de compreensão da História e de distintas relações estabelecidas com o passado, o que produz implicações em relação a outras dimensões temporais. Os resultados preliminares indicam um processo ainda incipiente de formação do pensamento histórico deficiente, que pode ser qualificado por atividades didáticas capazes de articulem o conhecimento histórico ao contexto contemporâneo e às vivências dos estudantes, o que favorece uma aprendizagem histórica com sentido para a vida prática.

Os procedimentos realizados nesta nota de pesquisa permitiram identificar os sentidos atribuídos pelos jovens ao passado e suas dificuldades de relacioná-lo ao presente, constituindo elemento fundamental para a seleção dos conceitos substantivos e epistemológicos a serem trabalhados. Ao partir da vida prática, dialogar com a ciência histórica e retorna a ela sob a forma de orientação temporal, a Aula Histórica configura-se

como uma práxis educativa voltada à formação histórica dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da história, os fundamentos da ciência história. Brasília: Editora UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da História**: uma teoria da História como Ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. dos Santos. **Didática Reconstrutivista da História**. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Percursos dialógicos com Isabel Barca: a crise da transposição didática e a construção da aula histórica. In: ALVES, Luís Alberto;

GAGO, Marília; LAGARTO, Mariana (orgs.). **Vinte Anos das Jornadas Internacionais de Educação Histórica**. Porto: CITCEM, 2021, p. 17-32. Disponível em: https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18598.pdf. Acesso em 10 de nov. 2023.